



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE, DE ACORDO COM O CENSO DE 2017.

Francisca Delâne Alves Rolim ¹

Resumo

Introdução: Dados do censo agropecuário de 2017, informa que no município de Deputado Irapuan Pinheiro, existem 1594 estabelecimentos agropecuarios, destes os que se enquadraram como estabelecimentos de agricultura familiar foram 1260, ou seja, quase 80%. **Desenvolvimento:** esse tema vem sendo estudado por muitos pesquisadores, ao destacar sua importância para o Brasil, pois traz contribuições tanto para a economia como para o meio social. Sendo assim estudos voltados para esse campo pode concretizar as deduções de sua importância para as regiões brasileiras. **Resultados e discursões:** As informações obtidas com esse trabalho podem ajudar a ter uma melhor compreensão do potencial da agricultura familiar no município identificando onde existem gargalos que podem ser resolvidos por meio de políticas públicas, seja por meio de crédito, assistência técnica, comercialização dos produtos ou capacitação dos agricultores. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada em sites especializados e em pesquisas bibliográficas. **Conclusão:** Nesse contexto, ao analisar a geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, observa-se a grande dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para produzir e comercializar por não disporem de grandes incentivos, provocando complicações para desfrutar uma vida de qualidade no meio rural. Visando assim, a necessidade de criação de políticas públicas que permitam acesso a recursos financeiros, levem assistência técnica às propriedades rurais para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois são interesses vitais de uma comunidade ou território, visto que, nem sempre as famílias se veem associadas ou reconhecidas.

Palavras Chaves: agricultura família, subsistência, renda.

¹ Estudante do Curso de Ciências Economicas da Instituição de Ensino Universidade Regional do Cariri - CE, delaneenem@gmail.com



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se apresenta como responsável por uma parcela significativa da produção nacional de produtos de origem agrária, e é também responsável por uma parcela significativa do emprego rural. De acordo com Luz (2015) a agricultura familiar produziu “muito mais alimentos do que o agronegócio, absorve mais de 70% da mão de obra no campo e ocupa menos de 25% das terras”.

No município de Deputado Irapuan Pinheiro não é diferente, pois segundo o IBGE (2010) o município tem 55% da população concentrada na zona rural. O Município tem apresentado um alto índice de desemprego o que tem desestimulado a população a sair da área rural do município e incentivado a população rural a buscar alternativas de sustento das famílias nas propriedades agropecuárias.

Localizado na região Sertão Central no Estado do Ceará, com uma área de 470,4 km² com 9094 habitantes, com densidade populacional de 19,33 hab./km². O município de Deputado Irapuan Pinheiro está em área de clima tropical quente e semiárido com média anual de chuvas na ordem de 700mm concentradas no período de janeiro a abril. A vegetação predominante é a caatinga arbustiva densa (IBGE, 2010).

De acordo com o secretário de agricultura do município, a renda familiar anual média dos agricultores é de oito mil reais. A estimativa é que existe no município cerca 2200 famílias na agricultura familiar.

Segundo Baiardi e Alencar (2014) o homem do campo, encontra na agricultura familiar uma forma de sobrevivência de sua família, tendo clima e área favorável para a criação de animais e do plantio em sua pequena propriedade. Porém, não se trata apenas de interesses econômicos mais também de uma tradição que perpassa gerações, na qual, leva os agricultores a permanecerem na terra, mesmo em tempos difíceis de produção. Diante disso, para o agricultor familiar, a decisão de permanecer na atividade tem peso expressivo, mesmo que seja por razões afetivas ou culturais.

Essa tradição passa de geração em geração por meio de herança. Assim, a tradição de retirar o sustento da família através das pequenas propriedades se perpetua. Há, contudo, a predominância da agricultura de subsistência consorciada com a criação de pequenos animais que garante o sustento das famílias. Ao observar os agricultores familiares nos distritos do município (Sede, Aurora, Baixio, Betânia, Maratoã e Velame) e em seus respectivos sítios, pode-se perceber a existência de áreas de baixio, onde os agricultores cultivam a cana-de-açúcar, frutas, pastos, plantio de milho e feijão. Nestes estabelecimentos um dos poucos produtos comercializados fora das propriedades é o leite. Ainda nestes, predomina-se um baixo grau de escolaridade entre os agricultores familiares e baixo nível de conhecimento técnico na produção, de acordo com o censo agropecuário de 2017.

2 DESENVOLVIMENTO

É importante destacar a quantidade de pessoas e o tamanho da terra ocupada pelos agricultores. O Censo Agropecuário de 2006 mostra que no Brasil, a população que trabalha na agricultura familiar consistia em 12,3 milhões de pessoas em uma área total de 80,25 milhões de hectares. A definição de “agricultura familiar” é ampla, o conceito



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



não é universal. No entanto, a Lei brasileira usada para a pesquisa foi a 11.326, de 24 de julho de 2006. Cujas definições são as seguintes:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No nordeste brasileiro a agricultura familiar também tem um papel fundamental, pois entre suas muitas contribuições, se destaca a criação de emprego rural e a maior concentração da mão de obra desta população, além de ser responsável pela produção de alimentos no país com destaque para a banana e a mandioca.

No Nordeste brasileiro, a agricultura tem papel de destaque na economia regional. 82,6% da mão de obra do campo equivale à agricultura familiar. A região é a maior produtora nacional de banana, respondendo pelo montante de 34% do total. Lidera, ainda, a produção da mandioca, com 34,7% do total. Segunda maior produtora de arroz. Também ocupa a segunda posição na produção frutícola, com cerca de 27% da produção nacional em 2008 (CASTRO, 2012, p. 07).

Porém, a produção não se detém apenas a estes produtos, pois há também a cana de açúcar que é o principal produto agrícola de muitos Estados nordestinos. No Ceará tem destaque também, para a plantação de algodão.

A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da região, com lavouras concentradas principalmente em Alagoas, Pernambuco e Paraíba (nessa ordem), sendo também importantes os plantios de algodão (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), de soja (Bahia, Maranhão), milho, tabaco (Bahia), caju, uva, manga, melão e outros frutos para consumo interno e exportação. Nos vales do rio São Francisco (Bahia) e do Açú (Rio Grande do Norte) existe o cultivo irrigado de frutas para exportação. No sertão predomina a agricultura de subsistência, às vezes prejudicada pelas estiagens (CASTRO, 2012, p. 08).

Esse tema vem sendo estudado por muitos pesquisadores, ao destacar sua importância para o Brasil, pois traz contribuições tanto para a economia como para o meio



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



social. Sendo assim estudos voltados para esse campo pode concretizar as deduções de sua importância para as regiões brasileiras.

A agricultura familiar no Brasil é crescentemente uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira, por suas contribuições materiais e imateriais. Às diversas expressões de sua organização social, às quais correspondem múltiplos discursos indenitários e demandas sociais, somaram-se, nas últimas décadas, o grande esforço de pesquisa da comunidade acadêmica, ao desvendar a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução (DELGADO, BERGAMASCO, 2017, p. 09).

No contexto histórico pode-se destacar o ano de 1990, onde ao elaborar estratégias para continuar sobrevivendo, os agricultores familiares deram um grande passo, pois, em 1990 o Brasil já reconheceu a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

À margem do processo de desenvolvimento e a mercê das políticas públicas elaboradas para os grandes empreendimentos, os pequenos agricultores de base familiar começaram a adotar estratégias de reprodução diferenciadas para sobreviver no campo. Neste mesmo contexto, a partir da década de 1990, o Estado passa a reconhecer e legitimar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, criando políticas públicas que servissem de base para a reprodução social desse segmento (HENTZ; NETO, 2016, p.02).

O Brasil se encontrava em um cenário onde a importância econômica se justificava na macroeconomia, ou seja, na resolução dos problemas do Estado, sem se preocupar com as questões inter-regionais, daí que em 1950 a política regional formula pensamentos para o desenvolvimento regional.

Muito antes de se preocupar com questões inter-regionais, até a década de 1950, a atuação do Estado brasileiro estava centrada na solução de problemas nacionais, por meio de políticas macroeconômicas e setoriais. A partir da década de 1950, a política regional passa a adquirir expressividade frente à formulação de algumas correntes teóricas de desenvolvimento regional, como a Teoria dos Polos de Desenvolvimento Regional, segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa, mas se manifesta em certos pontos, com intensidades variáveis, se expandindo por diversos canais com efeitos variáveis sobre o conjunto da economia (HENTZ; NETO, 2016, p.03).

A primeira medida adotada para a criação de políticas públicas e reconhecimento dos agricultores familiares, foi a criação do PRONAF em 1995, através de reivindicações e movimentos sociais. Este programa tinha como foco quatro linhas: o financiamento da produção, da infraestrutura, da pesquisa e da extensão rural, e a capacitação desses agricultores.

Percebe-se assim a grande importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e consequente desenvolvimento regional, facilitando a melhoria de vida da população rural.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



No entanto ressalta-se que as políticas públicas de custeio agrícola são essenciais para o desenvolvimento, não somente econômico, mas também social, no sentido de fortalecimento dos agricultores familiares. Sabe-se da grande dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para produzir e também escoar sua produção, bem como para ter uma vida de qualidade no meio rural (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2016, p.04).

Assim, torna-se evidente a importância desse segmento na geração de trabalho, renda, na garantia da subsistência, e da segurança alimentar da população rural.

3 RESULTADOS E DISCURSÕES

Para que o governo realize suas ações de políticas públicas para atender os agricultores familiares, é essencial conhecer a agricultura como um todo e saber diferenciar os agricultores familiares em seus diferentes setores, para que ocorra a tomada de decisões certa, por isso se faz importante conhecer o termo e onde ele se enquadra. “Tentar entender melhor o conceito de agricultura familiar e compreender sua realidade nas regiões brasileiras contribui num ponto importante para aqueles que fazem parte de instituições de desenvolvimento regional” (LIMA; SILVA, 2011, pag.3). Mostra-se assim, que o conhecimento das diferentes agriculturas familiares pode ajudar de maneira mais eficaz os resultados das políticas públicas destinadas a este setor.

Um fator que dificulta a vida dos agricultores familiares é a concentração de chuvas em poucos meses do ano além da dificuldade na comercialização do pouco que conseguem levar ao mercado. Algo que chama a atenção é que a idade dos produtores em sua maioria está em entre 55 anos e 65 anos: 296, totalizando mais de 18% dos produtores familiares. Ainda estes não fazem nenhum tipo de adubação no solo cerca de 1144 estabelecimentos, sendo assim, 72 %. Estes produtores em grande maioria são homens, cerca de 1055 ou 67%, onde 36 % não sabem ler nem escrever e 35% não obtiveram nenhuma informação técnica. Dos que obtiveram informação técnica, a maioria foi pela televisão, cerca de 43%.

Os estabelecimentos de agricultura familiar que obtiveram receitas nas propriedades foram de 41%, e os que tiveram renda com os animais e seus derivados foram de 40%. Em relação aos estabelecimentos que tiveram financiamento 84% são de agricultura familiar, onde 83% dos agentes responsáveis por estes financiamentos são os Bancos.

Tendo como intuito a necessidade de informações, reflexão teórica e empírica sobre seus referidos impactos socioeconômicos é importante ressaltar a inexistência de trabalhos que se proponha a analisar essas questões na área de estudo. Assim, estudos que possam contribuir para diagnosticar e mensurar a importância da agricultura familiar no Município de Irapuan Pinheiro pode ajudar os tomadores de decisão a programar políticas para esse setor de atividade contribuindo para um melhor bem-estar dos agricultores familiares.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em sites especializados como o instituto brasileiro de geografia e estatística e o censo agropecuário de 2017, além de pesquisas bibliográficas, das quais se destacaram os autores que contribuíram para o entendimento do tema. A natureza metodológica deste trabalho será pautada em métodos mistos que se referem à junção da abordagem qualitativa e quantitativa. Sendo possível assim, revelar o modo de produção, geração de renda, origem da alimentação das famílias rurais, o perfil do agricultor, as distintas visões sobre a agricultura familiar e suas formas de melhoria e a influência na economia local.

5 CONCLUSÃO

Nesse contexto, ao analisar a geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, observa-se a grande dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para produzir e comercializar por não disporem de grandes incentivos, provocando complicações para desfrutar uma vida de qualidade no meio rural.

O debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força ao longo do tempo, impulsionado, principalmente pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO/INCRA, 2000). Assim, destacando sua importância socioeconômica para uma nação, tendo em vista que a agricultura familiar não só se tornou um tema importante no debate atual dos “estudos rurais” como passou a ser objeto de esforços significativos do Estado brasileiro, que através de diferentes políticas buscou favorecer seu “fortalecimento” e integração no processo de desenvolvimento do país (FERRARI, 2011).

Enaltece-se a importância de políticas públicas, tanto para o Brasil como para a cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, visto que a população depende da produção da agricultura familiar. Visando assim, a necessidade de criação de políticas públicas que permitam acesso a recursos financeiros, levem assistência técnica às propriedades rurais para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois são interesses vitais de uma comunidade ou território, visto que, nem sempre as famílias se veem associadas ou reconhecidas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUZ, V. G.; SIQUEIRA, C. E. G.; LA-ROTTA, E. I. G.; MIQUILIN, I. DE O. C.; CORREA FILHO, H. R. (In) **Segurança alimentar e nutricional, autopercepção da saúde e uso de Agrotóxicos: o caso dos agricultores familiares de Ibiúna, São Paulo**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 22, n. 2, p. 729-741, 28 dez. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Ceará, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2017**. Ceará, 2017.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. **Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. 2014, vol.52, suppl.1, p.45-62.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul/dez. 2008.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercado de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, p. 07-48, 2012.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, p. 09-472, 2017.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Ciências humanas e sociais. Universidade federal rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

NETO, C. C. N.; HENTZ, C. **Estado, política pública e a agricultura no Brasil: um espaço em permanente construção**. Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 17, n. 59, p. 244–260, Set/2016.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.